

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial – Ambulatório Médico de Especialidades de Jundiá - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade - Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá

CNPJ nº 09.538.688/0012-95

Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)				Demonstrações Financeiras “Carve-Out” - em 31 de dezembro de 2023				Demonstrações dos Resultados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)					
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022	Notas			2023	2022	
Ativo circulante				Passivo circulante									
Caixa e Bancos		8.753	2.256	Fornecedores	9	889.235	1.438.386	Receitas operacionais					
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	2.282.400	2.336.992	Arrendamento a pagar	10	53.255	–	Recursos dos contratos de gestão					
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios		200.246	–	Obrigações trabalhistas	11	685.378	580.502	- Estadual			16	14.970.609	14.042.153
Estoques	5	293.291	311.809	Obrigações tributárias de terceiros	12	50.918	44.900	Receitas com doações de materiais				201.162	4.475
Créditos diversos		164.240	58.935	Receita Diferida		50.137	–	Receitas com subvenção de imobilizado e intangível			16	140.415	97.880
Total do ativo circulante		2.948.930	2.709.992	Outras contas a pagar		65.142	66.194	Receitas trabalho voluntário			15	2.314	3.223
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		1.794.065	2.129.982	Outras receitas				–	230.816
Imobilizado	8	666.905	1.249.451	Passivo não circulante								15.314.499	14.378.548
Intangível	6	481.634	55.488	Provisão para demandas judiciais	13	–	1.536	Custos e despesas operacionais					
Direito de uso	7	282.741	–	Arrendamento a Pagar	10	230.615	–	Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos			17	(12.096.067)	(11.551.678)
Total do ativo não circulante		1.431.280	1.304.939	Subvenção de bens a apropriar - imobilizado e intangível	14	1.164.524	1.304.939	Utilidade pública			18	(527.387)	(435.532)
Total do ativo		4.380.210	4.014.931	Receita Diferida		150.412	–	Serviços profissionais			19	(1.932.897)	(1.553.737)
				Total do passivo não circulante		1.545.551	1.306.475	Depreciações			8	(84.950)	(84.009)
				Patrimônio líquido	15			Amortizações de intangível e ativo arrendado			6/7	(75.234)	(13.872)
				Superávit Acumulado		578.474	–	Contingências			13	1.536	(18.258)
				Superávit do exercício		462.120	578.474	Despesa trabalho voluntário			15	(2.314)	(3.223)
				Total do patrimônio líquido		1.040.594	578.474	Outras (despesas)/receitas operacionais			20	(474.643)	(384.731)
				Total do passivo e do patrimônio líquido		4.380.210	4.014.931					(15.189.642)	(14.045.040)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	Superávit acumulados	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	–	578.474	578.474
Incorporação do superávit do ano anterior ao superávit acumulado	578.474	(578.474)	–
Superávit do exercício	–	462.120	462.120
Saldos em 31 de dezembro de 2023	578.474	462.120	1.040.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras “Carve-out” (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (“Instituto”): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (“Instituto”) é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto “fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)”. Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá (“Unidade”):** Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0012-95, localizada na Rua Rangel Pestana, 531 - Centro - Jundiá/SP. Em 27 de dezembro de 2021 foi celebrado Contrato de Gestão SES-PRC-2021/36553 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2022 por 5 anos. **1.3 Plano da Administração para o AME Jundiá:** O Ambulatório Médico de Especialidades Dona Maria Lopes - AME Jundiá, incorreu com superávit de R\$ 462.120 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O valor do patrimônio líquido ficou em R\$ 1.040.594. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R\$ 1.154.865. Para o ano de 2024, a unidade mantém perspectiva de superávit e Patrimônio Líquido positivo. As projeções consideram as metas estabelecidas no contrato de gestão. Ações de eficiência, economicidade e qualificação de demanda continuarão sendo consideradas para cumprimento do orçamento e manutenção das boas práticas de gestão. Em novembro de 2023, o Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá foi certificado pela ONA nível I, que reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente, além da gestão integrada. Demonstrando assim que a unidade apresenta cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade administrativa. **1.4 Imunidade Tributária:** O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (“Instituto”) é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, “c”, da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **2. Apresentação das demonstrações financeiras “Carve-out” e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras “Carve-out” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá (“Entidade”) gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (“Instituto”) os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladora do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas Organizações Sociais de Saúde (OSS). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma Organização Social de Saúde - OSS, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela administração na sua gestão. Para melhor comparabilidade, algumas rubricas e notas explicativas foram reclassificadas, sem alterar o resultado da Entidade e/ou a posição patrimonial. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 28 de março de 2024. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras “Carve-out” são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor jus-

to dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 22 - Instrumentos Financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações financeiras “Carve-out” foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras “Carve-out” foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir: **a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acréscimo de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Periodicamente o estoque é reavaliado e se necessário, provisionado a resultado, itens identificados como obsoletos ou vencidos. Em 2023 não foi identificados itens elegíveis a provisão. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Software e Hardware	5
Máquinas e equipamentos médicos	10
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. d. Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. e. Obrigações trabalhistas: Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. g. Provisão para demandas judiciais: O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. i. Subvenções governamentais: Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo (“SES”) e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: Subvenção para custeio - reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. Subvenção para investimentos - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica “Subvenções de investimentos a realizar”, após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica “Subvenções de bens a apropriar - imobilizado”, sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. j. Apuração do resultado do exercício: As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês à competência. k. Receitas com trabalhos voluntários: As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2023 o Instituto registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários, apesar de não ter efeito relevante nas demonstrações	

Superávit operacional antes do resultado financeiro

Despesas financeiras	21	(5.268)	(6.172)
Receitas financeiras	21	342.532	251.138
Receitas financeiras, líquidas	21	337.264	244.966
Superávit do exercício		462.120	578.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2023	2022
Superávit do exercício	462.120	578.474
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	462.120	578.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais - R\$)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	462.120	578.474
Ajustes por		
Provisão para contingências	(1.536)	18.258
Depreciações	84.950	84.009
Amortizações	75.234	13.872
Juros de arrendamento	2.418	–
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	15.985	–
Receita de aplicação financeira	(342.532)	(251.138)
Varição de ativos e passivos operacionais (Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados a projetos	–	–
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(200.246)	–
Estoques	18.518	(311.809)
Créditos diversos	(105.304)	(58.934)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(549.151)	1.438.386
Obrigações trabalhistas	104.876	580.502
Obrigações tributárias	6.018	44.900
Outras contas a pagar	(1.052)	66.194
Receita Diferida	200.549	–
Contingências pagas	–	(16.722)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado/intangível	(140.415)	460.109
Caixa líquido das atividades operacionais	(369.568)	2.646.101
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos financeiros vinculados a projetos	397.124	(2.085.854)
Adições no Intangível	(3.000)	–
Adições no imobilizado	(7.019)	–
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado e intangível	–	(557.991)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	387.105	(2.643.845)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento	(8.621)	–
Juros de arrendamento pago	(2.418)	–
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(11.039)	–
Varição de caixa e equivalentes de caixa	6.498	2.256
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.256	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.753	2.256
Varição de caixa e equivalentes de caixa	6.498	2.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

financeiras “Carve-out”. **I. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro, é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2023 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente

continua →

* continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras "Carve-out" do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade - Ambulatório Médico de Especialidades "Dona Maria Lopes" - AME Jundiá (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii) **Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iii) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: Não foram identificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que gerem impactos significativos nas atualizações das normas abaixo, de forma que não foram aplicadas em 2023 nas demonstrações financeiras: As alterações para 2023 foram CPC 50, CPC 23, CPC 26 (R1) e CPC 32, abaixo destacamos apenas as alterações aplicáveis para a Entidade: • Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23): As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. • Divulgação das políticas contábeis por materialidade (alterações ao CPC 26(R1)): As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A Entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

n. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Requer especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações no CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante: Requer especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Alterações ao CPC 03 (R2)/ IAS 7 e CPC 40 (R1)/ IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores: Requer evidenciar para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 01 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras. Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2023, possuíamos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). 4. **Recursos financeiros vinculados a projetos:**

Aplicações financeiras - vinculadas 2.282.400 2.336.992 Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós-fixados com liquidez imediata. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam durante o exercício de 2023 de 94% a 102% do CDI (em 2022, entre 94% a 106% do CDI).

5. Estoques:

	2023	2022
Gêneros alimentícios, roupa, uniformes e outros medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	76.750	77.815
	216.541	233.994
	<u>293.291</u>	<u>311.809</u>

6. Intangível:

	Amortização	
	Custos acumulada	2023 2022
Software	560.990 (79.356) 481.634	55.488
Total	560.990 (79.356) 481.634	55.488

Custo	Saldo em 31/12/2022		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2023	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2023	
Software	69.360	3.000	—	488.630	—	—	560.990	
Total custo	69.360	3.000	—	488.630	—	—	560.990	

Amortização	Saldo em 31/12/2022		Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2023	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2023	
Software	(13.872)	(65.484)	—	(79.356)	—	—	(79.356)	
Total Amortização	(13.872)	(65.484)	—	(79.356)	—	—	(79.356)	
Saldo líquido	55.488	(62.484)	—	488.630	—	—	481.634	

a. Trata-se de transferência oriunda do Ativo imobilizado em andamento.

7. Direito de Uso:

	2023	2022
Equipamentos de Informática	282.741	—
Saldo Inicial	282.741	—
Adição	292.491	—
Amortização	(9.750)	—
Saldo Final	282.741	—

8. Imobilizado:

	Depreciação	
	Custos acumulada	2023 2022
Instalações	324.771 (64.954) 259.817	292.294
Móveis e utensílios	147.023 (28.606) 118.417	131.105
Máquinas e equipamentos médicos	364.071 (75.399) 288.672	337.423
	—	666.905
	—	760.821
Imobilizado em andamento	—	—
	—	488.630
	835.865 (168.960) 666.905	488.630
Total	835.865 (168.960) 666.905	1.249.451

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2022		Transfe- Saldo em	
	31/12/2022	Adições	31/12/2022	31/12/2023
Imobilizado em andamento	488.630	—	(488.630)	—
Instalações (a)	324.771	—	—	324.771
Móveis e utensílios (a)	145.133	1.889	—	147.022
Máquinas e equipamentos médicos (a)	374.926	5.130 (15.985)	—	364.071
Total custo	1.333.460	7.019 (15.985)	(488.630)	835.864
Depreciação				
Instalações	(32.477)	(32.477)	—	(64.954)
Móveis e utensílios	(14.028)	(14.578)	—	(28.606)
Máquinas e equipamentos médicos	(37.504)	(37.895)	—	(75.399)
Total depreciação	(84.009)	(84.950)	—	(168.959)
Saldo líquido	1.249.451	(77.931)	(488.630)	666.905

Custo	Adições		Baixas		Saldo em 31/12/2022	
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas
Imobilizado em andamento	488.630	—	—	488.630	—	—
Instalações (a)	324.771	—	—	324.771	—	—
Móveis e utensílios (a)	145.133	—	—	145.133	—	—
Máquinas e equipamentos médicos (a)	374.926	—	—	374.926	—	—
Total custo	1.333.460	—	—	1.333.460	—	—
Depreciação						
Instalações	(32.477)	—	—	(32.477)	—	—
Móveis e utensílios	(14.028)	—	—	(14.028)	—	—
Máquinas e equipamentos médicos	(37.504)	—	—	(37.504)	—	—
Total depreciação	(84.009)	—	—	(84.009)	—	—
Saldo líquido	1.249.451	—	—	1.249.451	—	—

(a) Ativos recebidos do contrato de gestão anterior, dessa forma não há efeito caixa.

9. Fornecedores:

	2023	2022
Fornecedores nacionais	889.235	1.438.386
		6 meses ou
Total	889.235	889.235

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

10. Arrendamento a pagar:

	2023	2022
Saldo inicial	—	—
Novo contrato	292.491	(8.621)
Principal Pago	(2.418)	(2.418)
Juros Pagos	2.418	2.418
Juros Incorridos	283.870	283.870
Saldo final	283.870	283.870
Circulante	53.255	53.255
Não Circulante	230.615	230.615

11. Obrigações trabalhistas:

	2023	2022
Provisão para férias e encargos sobre férias	498.231	419.293
Contribuições e encargos sociais	157.663	116.352
Salários e ordenados a pagar	29.484	44.857
	<u>685.378</u>	<u>580.502</u>

12. Obrigações tributárias de terceiros:

	2023	2022
PIS/COFINS/CSLL	40.240	35.176
IRRF	6.418	5.932
INSS	3.771	2.869
ISS	489	923
	<u>50.918</u>	<u>44.900</u>

Unidades

	2023	2022
Amb. de Especialidades Jundiá	—	—
Recursos a Receber 31/12/2022	—	—
Recursos a Receber 31/12/2021	—	—

17. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos:

	2023	2022
Pessoal e encargos	(6.066.098)	(5.507.906)
Serviços médicos	(4.694.553)	(4.623.680)
Medicamentos e materiais	(873.661)	(943.104)
Materiais de consumo	(341.748)	(364.576)
Lavanderia e Rouparia	(92.602)	(90.380)
Nutrição	(17.677)	(14.412)
Higiene e Limpeza	(9.728)	(7.620)
	<u>(12.096.067)</u>	<u>(11.551.678)</u>

18. Utilidade pública:

	2023	2022
Energia Elétrica	(244.819)	(200.619)
Telecomunicações	(129.433)	(125.283)
Água	(152.421)	(105.298)
Combustíveis e lubrificantes	(714)	(4.332)
	<u>(527.387)</u>	<u>(435.532)</u>

19. Serviços profissionais:

	2023	2022
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(1.251.315)	(932.565)
Manutenção e conservação	(371.225)	(319.017)
Suporte em infraestrutura de TI	(296.131)	(280.877)
Consultoria e assessoria	(143)	(16.838)
Outros	(14.083)	(4.440)
	<u>(1.932.897)</u>	<u>(1,553.737)</u>

(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto para a unidade de acordo com o termo de cooperação.

20. Outras (despesas)/receitas operacionais:

	2023	2022
Segurança e Vigilância	(293.496)	(276.883)
Locação de equipamentos	(188.964)	(84.671)
Outras despesas	(37.144)	(14.633)
Despesas legais/fiscais/parafiscais	(2.513)	(15.829)
Uniformes/E.P.I.	(4.628)	(5,673)
Ganhos (Perdas) nos estoques	—	12.958
Outras despesas operacionais	(526.745)	(384.731)
Outras Receitas	52.102	—
Outras receitas operacionais	52.102	(384.731)
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	(474.643)	(384.731)

21. Resultado financeiro:

	2023	2022
Despesas financeiras		
Tarifas Bancárias	(2.838)	(6.024)
Outras despesas financeiras	(10)	(105)
Juros incorridos	(2.420)	(43)
	<u>(5.268)</u>	<u>(6.172)</u>

Receitas financeiras

	2023	2022
Receita de aplicações financeiras	342.527	250.781
Descontos obtidos	5	357
	<u>342.532</u>	<u>251.138</u>
Resultado financeiro	337.264	244.966

22. Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 o Instituto não efetuou operações com deriva-

13. Provisão para demandas judiciais:

	2023	2022
Provisão para demandas judiciais	—	1.536
O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:		

	Movimento de 2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos
Trabalhistas	1.536	—	(1.536)	—
	<u>1.536</u>	<u>—</u>	<u>(1.536)</u>	<u>—</u>

	Movimento de 2022			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos
Trabalhistas	—	78.322	(60.064)	(16.722)
	<u>—</u>	<u>78.322</u>	<u>(60.064)</u>	<u>(16.722)</u>

O Instituto não está envolvido em outros processos trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações. Os processos trabalhistas, em 2023, com perdas consideradas como possíveis, representam o montante de R\$ 7.081 porém a administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, não identifica a necessidade de constituir provisões para esses valores (em 2022 montava o valor de 216.925). Os principais temas trabalhistas abordados no processo versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros.

14. Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado e Intangível:

	Movimento de 2023			
	Total de aquisições	Total de Depreciação baixas	Total de Amortização	Saldo em 31/12/2023
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado e Intangível	1.304.939	—	(140.415)	1.164.524
	<u>1.304.939</u>	<u>—</u>	<u>(140.415)</u>	<u>1.164.524</u>

	Movimento de 2022			
--	-------------------	--	--	--

-★ continuação-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras “carve-out” do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês -

Unidade - Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada no exercício de 2023. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos: IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica); CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; ITCMD (Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos). O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea “d”, inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de

serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

	2023	2022
Receita dos contratos de gestão - Estadual	14.970.609	14.140.034
ISS 2%	299.412	282.801
PIS 0,65%	97.309	91.910
COFINS 3%	449.118	424.201
	845.839	798.912
Superávit do exercício	462.120	578.474
IRPJ e CSLL 34%	157.121	196.681
Receita com doações	201.162	4.475
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	8.046	179
Total das estimativas e principais renúncias	1.011.006	995.772

24. Isenção de INSS cota patronal: Em 18 de setembro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 180, deferimento de Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP). O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições. Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo; Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no

âmbito do Ministério da Saúde; Considerando a competência prevista no artigo 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Considerando o Parecer Técnico nº 266/2023 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.138728/2021-77, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Artigo 1º - Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio - Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2021 a 20 de setembro de 2024. Em atendimento ao disposto na alínea “d”, inciso IX do artigo 169 da portaria de consolidação GM/MS nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para o exercício a seguir: Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2023 as respectivas alíquotas, ressaltando que se tratam de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	2023	2022
Pessoal e encargos	6.066.098	5.507.906
Total da estimativa de isenção (Consolidado)	1.647.552	1.495.947
- INSS cota patronal (27,16%)	1.647.552	1.495.947

Shirley Chohfi Cury Zarzur Presidente do conselho de administração do Instituto	Carolina Lastra Diretora Executiva	Cláudio Augusto Generoso Gerente Financeiro e Contábil	Rildo Ancigan de Siqueira Contador - CRC 1PE020957/O-0 T' SP
---	--	--	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras “carve-out”

Aos Conselheiros e Diretores do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor do Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras “carve-out” do Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá (“Entidade”) filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração dos demonstrativos e restrição sobre distribuição e uso:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”. As demonstrações financeiras “carve-out” foram elaboradas pela diretoria do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, os demonstrativos podem não ser adequados para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser dis-

tribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Ambulatório Médico de Especialidades “Dona Maria Lopes” - AME Jundiá e Secretaria Estadual da Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras “carve-out”:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve out”, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedi-

mentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras “carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador - CRC-SP292795/O

